



SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

documentais técnico-científicas: vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres. 7. Atuação no ambiente institucional: análise das relações sociais no âmbito das instituições. Planejamento, organização, administração, estratégias de atuação, coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social. Reflexões e atitudes que possibilitam uma prática profissional mais dinâmica e interativa. 8. Programas de prevenção e tratamento no ambiente de trabalho: uso do álcool, tabaco e outras drogas. Casos de assédio moral ou sexual. Violência doméstica e familiar. Combate às práticas de preconceito, racismo, desigualdade e discriminação. 9. Legislação do serviço social no Brasil: Lei nº 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social); Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde); Lei nº 8.212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social); Lei nº 8.213/1991; Lei nº 8.662/1993 (Lei regulamentadora da profissão de Assistente Social). Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). 10. Ética profissional: Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993).

- 1.4) CONTABILIDADE. Contabilidade Geral.** 1. Teoria, conceitos, objetivos, evolução histórica e tendências. Princípios fundamentais de contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade. 2. Patrimônio e variações patrimoniais: conceitos de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido. Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. Representação gráfica do patrimônio e equação básica da contabilidade. Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado. 3. Plano de Contas e procedimentos de escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). Método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos. Elementos essenciais do lançamento contábil. Regimes de competência e de caixa. Balancete de verificação. Livros utilizados na escrituração. 4. Avaliação de ativos e passivos: normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente. Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente. Valor justo. Valor recuperável de ativos. Atualização monetária. Método da equivalência patrimonial. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos





SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

Contingentes. 5. Mensuração e reconhecimento de operações: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das diversas transações inerentes à atividade das sociedades empresárias. 6. Operações fiscais e tributárias: conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações. 7. Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos. Diferenças temporária: tributável e dedutível. Prejuízos e créditos fiscais. 8. Combinação de negócios: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das operações de cisão, fusão, incorporação, extinção e alteração de controle. Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladoras na adquirida. Reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de compra vantajosa. 9. Demonstrações contábeis: apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e de avaliação. Componentes do conjunto de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (ou dos Fluxos de Caixa), Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas. Estrutura e requisitos mínimos de conteúdo nos componentes do conjunto de demonstrações contábeis. 10. Consolidação das demonstrações contábeis: normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação. 11. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis: normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações e saldos em moedas estrangeiras, conversão dos resultados e dos balanços patrimoniais das entidades no exterior, conversão do resultado uma entidade e de seu balanço patrimonial de uma para outra moeda na apresentação das demonstrações contábeis. 12. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Decreto nº 6.022/2007, Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017. CTG 2001 (R3) – procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). **Contabilidade de custos.** 13. Sistemas de custos: terminologia aplicada à Contabilidade de Custos, terminologia em





SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

entidades não industriais. 14. Classificação de custos. Custos diretos: custos fixos e variáveis. Distinção entre custos e despesas. 15. Custos indiretos: alocação e determinação da base para alocação. Custos indiretos: custos fixos e variáveis. 16. Métodos de custeio: por absorção, direto ou variável e ABC (Custeio Baseado por Atividades). Definição, principais características, diferenciação, vantagens e desvantagens de cada método. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 17. Princípios fundamentais de contabilidade sob a perspectiva do setor público (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – Resolução CFC nº 1.111/2007). Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: NBC TSP 16.1 a 16.10, do Conselho Federal de Contabilidade: conceituação, objeto e campo de aplicação. 18. Legislação: Lei nº 4.320/1964, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 10.180/2001. Decreto nº 6.976/2009. Aplicações apresentadas nas Partes Geral, I, II, IV e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018. Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. 18. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público: NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. 15. Receita proveniente de transações sem contraprestação: NBC TSP/CFC nº 1, de 21 de outubro de 2016. 19. Receitas provenientes de transações e eventos com contraprestação: NBC TSP/CFC nº 2/2016. 20. Provisões, ativos e passivos contingentes: NBC TSP/CFC nº 3/2016. 21. Estoques: NBC TSP/CFC nº 4/2016. 22. Contratos de concessão de serviços públicos - Concedente: NBC TSP/CFC nº 5/2016. 23. Plano de Contas aplicado ao setor público. 24. Procedimentos contábeis orçamentários: princípios orçamentários, receita orçamentária, despesa orçamentária. 25. Procedimentos contábeis patrimoniais: composição do patrimônio público. Variações patrimoniais. Avaliação e mensuração de ativos e passivos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão. Reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores. 26. Procedimentos contábeis





SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

específicos: operações de crédito, dívida ativa, parcerias público-privadas, regime próprio de previdência social (RPPS), precatórios em regime especial, consórcios públicos. 27. Demonstrações contábeis: apresentação, aspectos conceituais, finalidades, normatização, forma de elaboração e seus elementos. Componentes do conjunto de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas. Consolidação das demonstrações contábeis. 28. Controle Interno: abrangência, classificação, estrutura e componentes. **Auditoria Contábil.** 29. Normas Técnicas de Auditoria Independente (NBC TA – rev. 2019). 30. Conceito, objetivo e finalidade da auditoria contábil. Tipos de auditoria. Auditorias interna e externa. Controle interno. Papéis de trabalho. 31. Estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção: Princípios éticos e normas de controle de qualidade. Descrição dos trabalhos de asseguarção. Trabalho de atestação e trabalho direto. Trabalho de asseguarção razoável e trabalho de asseguarção limitada. Abrangência da estrutura conceitual. Relatório de trabalho que não é de asseguarção. 32. Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. 33. Responsabilidade do auditor. 34. Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis. 35. Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente. 36. Procedimentos analíticos. 37. Formação da opinião e emissão do relatório de auditoria. 38. Modificações na opinião do auditor independente. 39. Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. 40. Outros aspectos relevantes no trabalho de auditoria. **Auditoria no setor público federal:** 41. Conceitos, finalidades e objetivos dos controles interno e externo. 42. O papel do TCU: competências e atribuições constitucionais e legais. O TCU e o Congresso Nacional. Apreciação e julgamento de contas. Tomadas e Prestações de Contas. Tomada de Contas Especial. Controles prévio, concomitante e a posteriori. 43. Normas de Auditoria do TCU (Anexo da Portaria-TCU nº 280, de 08.12.2010, atualizada). Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). Manual de Auditoria Operacional do TCU (atual. 2018). Manual de Auditoria





SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

Financeira do TCU (2016). 44. O papel da auditoria no setor público: governança e análise de risco, elementos de risco e de controle, aplicação da estrutura conceitual de análise de risco. 45. Objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria governamental. **Licitações e contratos.** 46. Normas gerais, definições, princípios e vedações sobre licitações e contratações públicas. 47. Tratamento diferenciado e favorecido, direito de preferência e margem de preferência: Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 8.538/2015, Lei nº 8.248/1991, Decreto nº 7.174/2010 e Decreto nº 7.546/2011. 48. Planejamento e execução: projeto, projeto básico, projeto executivo e documentação *as built*. 49. Orçamento base de referência. Custos unitários e globais. Bonificações e despesas indiretas. Decreto nº 7.983/2013. Previsão orçamentária e financeira. 50. Modalidades, tipos de licitação e regime de execução. Decreto nº 9.412/2018. Parcelamento do objeto. Fracionamento de despesa. 51. Serviços Técnicos Profissionais Especializados. Serviços com alocação de mão de obra: legislação trabalhista aplicável; metodologia de formação de custos constante na Instrução Normativa nº 5 do Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia), de 26 de maio de 2017. Decreto nº 9.507/2018. Serviços de Publicidade. Lei nº 12.232/2010. 52. Compras e o Sistema de Registro de Preços. Decreto nº 7.892/2013. 53. Contratação direta: dispensa de Licitação, inexigibilidade de licitação. 54. Procedimento licitatório: edital de licitação; publicação; impugnações; habilitação; julgamento de propostas; homologação; revogação e anulação da licitação; adjudicação. 55. Contratos Administrativos: noções gerais, formalização, cláusulas necessárias, cláusulas exorbitantes, prestação de garantia, duração dos contratos, prorrogação de prazos, nulidade. 56. Execução e alteração dos contratos. 57. Inexecução e rescisão contratual. 58. Sanções Administrativas, tutela judicial e aspectos penais. 59. Recursos administrativos. 60. Convênios Administrativos e instrumentos de cooperação. Decreto nº 6.170/2007. Lei nº 13.019/2014. 61. Pregão presencial e eletrônico: Lei nº 10.520/2002. Decreto nº 3.555/2000. Decreto nº 10.024/2019. 62. Tribunal de Contas da União: fiscalização e controle externo nas licitações e contratações públicas. Súmulas do TCU. **Administração Orçamentária e Financeira:** 63. Orçamento Público: conceitos e princípios. Orçamento-programa: fundamentos





SENADO FEDERAL

COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 2/2019

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 20/2019

(Processo SF nº 00200.016726/2019-26)

e técnicas. O orçamento na Constituição de 1988. Processo de planejamento orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Leis de créditos adicionais. 64. Ciclo orçamentário: elaboração, discussão, votação, aprovação, execução e avaliação. 65. Classificações orçamentárias: conceituação, classificação e estágios da receita e da despesa públicas. 66. Dívida ativa. Regime de adiantamento (suprimento de fundo). Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida pública. Descentralização de créditos. Conta única do Tesouro Nacional. 67. Manual Técnico de Orçamento (MTO – 2020, 5ª versão): itens 1 a 4 e 7. 68. Retenção de tributos federais: Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. 69. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): conceito, objetivos, usuários e segurança do sistema (princípios e instrumentos).

- 1.5) ENFERMAGEM.** 1. Sistema Único de Saúde (SUS): história, princípios, diretrizes, estrutura, organização das instituições e suas relações com os serviços de saúde, níveis de assistência à saúde, direitos dos usuários, políticas, ações e programas de saúde (HumanizaSUS, PMAQ-AB, PNPIC, Programa Nacional de Controle do Tabagismo, Programa Nacional de Segurança do Paciente, Programa Nacional de Imunizações). Legislação básica do SUS. 2. Gerenciamento de enfermagem em serviços de saúde. Dimensionamento de pessoal em Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE. 3. Planejamento, programação e elaboração de projetos básicos para aquisição de materiais e insumos em saúde. 4. Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 5. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. 6. Educação em saúde. Biossegurança nas ações de enfermagem. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT no Brasil. Agravos à saúde relacionados ao trabalho. 7. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. 8. Assistência de enfermagem: doenças transmissíveis, agravos clínicos e cirúrgicos, urgência e emergência, Suporte Avançado de Vida em Cardiologia (SAVC), saúde mental, saúde do recém-nascido, da criança, do adolescente, da mulher, da gestante, da parturiente e puérpera, do homem e do idoso. 9. Auditoria dos serviços e da assistência à saúde. Noções

